

PMDB libera voto temendo divisão na Constituinte

Villas-Bôas Corrêa

O PMDB vem emitindo seguidos sinais, através de suas lideranças, de que reconhece a fragilidade dos laços da unidade partidária e portanto, para não rachar no Congresso-Constituinte, só dispõe de porta de saída de emergência da questão aberta. O que significa que cada um fica autorizado a votar como entende, enquanto o partido entra em férias.

As antigas contradições, que sempre coexistiram na legenda composta no modelo de frente ampla, resistiram a todos os embates travados do lado da oposição. Mas, como governo, o PMDB exibe a sua inconsistência, agravada pela escassa solidariedade ao presidente José Sarney. Agora, com 22 governadores, ficou mais complicado guardar as aparências.

Parece, à primeira vista, que a Constituinte não exige necessariamente o voto partidário, pois as grandes decisões significam definições de consciência, de convicção que devem ser tomadas solitariamente.

Não é exato. Se nenhum partido pode impor aos seus parlamentares que votem em bloco por determinação de legenda, a favor ou contra pontos doutrinários, a verdade é que as grandes questões que dividem o plenário, como é óbvio, têm um denso sentido político.

Nem é por outra razão que o Congresso funciona com a clássica divisão em dois blocos. De um lado o

Governo, do outro a Oposição. Só excepcionalmente, em períodos que caracterizam uma situação de crise, as fronteiras se desfazem e a confusão se estabelece. Governo e oposição se misturam e se apertam em nova polarização que obedeça a imperativo de fundo ideológico. Mas é a exceção, não a regra. O eventual, nunca o permanente.

O desafio que cresce diante de um PMDB cada vez mais fundamente rachado pelo tamanho de sua vitória eleitoral é o de divisão permanente. O partido está se transformando em vítima do seu êxito eleitoral. Foi feito para ser oposição e não leva jeito, não fixou um padrão de comportamento como partido de governo.

Certamente que não é só isso. O PMDB está sendo engolido pela viração de tempos de transição, assinalados por uma participação popular permanente e reivindicante. Enquanto a sociedade atravessou um longo período consensual, a legenda foi a expressão de uma imensa maioria, de quase unanimidade. As urnas de 15 de novembro consagram o instante da cristalização do consenso, a negar espaço às propostas radicais. Todos os outros partidos minguraram. Nenhum grande êxito regional chega a ofender o desmentido da exceção. Um ou outro resultado menos decepcionante, como o da eleição, com sobra de votos, a deputado do presidente do PT, Luis Inácio da Silva, o Lula, não desfaz a evidência de que só o PMDB ganhou, enquanto

todos perderam. O PFL perdeu como parceiro do PMDB, no desconforto de legenda sem a mesma legitimidade, sem as mesmas credenciais de luta nos ásperos tempos de resistência. Desfez-se o PDS, reduzido a um nada, porque não conseguiu ser levado a sério como oposição.

Mas, desde que o Cruzado II desmanchou o consenso, restaurando uma oposição de classe média que continua à espera do partido que a absorva, o PMDB vive o drama de sua divisão insanável. A indefinição salvadora pode esperar ainda um pouco mais. Afinal, a Constituinte só se instala a 1º de fevereiro. E os novos governadores da formata do PMDB tomam posse a 15 de março. A entressafra de fim de ano, com o desligamento político das férias e festas, oferece uma pausa para o amadurecimento das opções.

Por pouco tempo, porém. E as pressões se antecipam, batem às portas da legenda, cruzando apelos para múltiplas afirmações. O PMDB não pode mais sustentar o fingimento da unidade. A obrigatoriedade da afirmação retira o biombo que escondia divergências profundas, só deixando ver a imagem das concordâncias episódicas. Era mais fácil superar discordâncias para ser contra do que alinhavar desencontros para afirmar-se a favor.

Porta aberta

O deputado Ulysses Guimarães já se acautelou com a advertência de que o PMDB, na Constituinte, não imporá

questões fechadas aos seus senadores e deputados. Pudera. Uma bancada que ocupa 72% do plenário não pode se dar ao luxo de cultivar a unidade. O presidente do PMDB desfalda a bandeira do óbvio para doutrinar que as votações de um Congresso — Constituinte envolvem questões doutrinárias, pousando no fundo da consciência de cada um. O PMDB não violentará os seus parlamentares exigindo um voto partidário. Cada qual que decida o seu voto.

Ora, se tal raciocínio valesse sempre e não apenas para as exceções, então para que partidos?

Todas as Constituintes registram uma crônica de embates partidários em torno de definições políticas. Agora, como sempre, as votações mais importantes exigirão fundamentais opções políticas. Desde o regime que a Constituinte escolherá para o futuro — se parlamentarista ou presidencialista —, as definições regionais que atendam às reivindicações do Nordeste, aos temas de mais denso apelo ideológico, como o ensino oficial ou particular, a distribuição de renda até a inevitável reforma tributária.

Esperamente, a direção do PMDB, as suas lideranças, reconhecem que o partido não tem como marchar unido para nenhuma das grandes votações da Constituinte. Pois o PMDB nem está soldado por uma identificação ideológica e nem apresenta interesses convergentes nas futuras definições políticas.

A alternativa, portanto, é a de

rachar já, agora, para separar as duas bandas que não se entendem ou preservar a convivência de contrários com os olhos na sucessão presidencial.

É claro que ninguém deseja que o PMDB se divida agora. Quanto mais tarde, melhor. As muitas ambições que estão sendo chocadas no ninho da legenda encontram-se no interesse comum em preservar o partido. Com 72% do Congresso, 22 governadores, o PMDB parece uma máquina imbatível, pronta a abocanhar de fato o poder com um presidente próprio e não mais com um de empréstimo, como o presidente José Sarney.

É a lúcida antevisão dos embargos do PMDB no Congresso-Constituinte e a clara percepção das vantagens futuras de uma legenda poderosa sustentando a campanha para a eleição direta do sucessor do Presidente Sarney que lastreiam o anúncio antecipado de que o partido não fechará questões. A legenda entrará de licença, cerrando as portas por uns tempos, enquanto passa o chuvisco. Cada um é um livre-atirador para disparar o seu voto na direção que entender. Mais tarde, o partido se encontrará para decidir o que realmente interessa a todos, que é manter o poder.

Mas, se a decisão é conveniente e marota, encerra os seus riscos. Na verdade, inevitáveis. Como o PMDB não tem adversários na Constituinte, como é maioria absoluta com folga e ainda conta com os votos dos aliados do PFL para algumas serventias, é fatal que as contradições da sociedade rico-

cheteiem na bancada gigantesca, impondo opções.

É o que vem por aí. Há dois PMDBs abrigados na mesma legenda. Com interesses e posições distintas. As vésperas do conflito aberto. Um PMDB moderado, mais para o governista, que não pretende divorciar-se do presidente José Sarney e que gravita em torno do governador do estado. Outro, identificado com as suas raízes autênticas, que é um escravo da rua, da pressão popular, solidário por necessidade de sobrevivência com todas as reivindicações sociais amparadas pelos movimentos radicais.

Ora, a Constituinte de 87 será diferente dos modelos anteriores. Assinalada por grande presença da sociedade, que está aí se organizando, atuante, exigente, reivindicante. Um pedaço do PMDB atuará afinado com as pressões populares e indiferente aos interesses do partido ou às palavras de corando de uma direção que joga em causa própria e escancarou as portas da legenda para o estouro da bancada.

Só o tempo dirá se a tática vai dar certo. E se o PMDB que anuncia férias coletivas durante o Congresso-Constituinte conservará motivações para reagrupar-se mais adiante, e carregar o deputado Ulysses Guimarães, senhor de todos os cargos e honrarias, e depositá-lo na Presidência da República. O Dr Ulysses ou um outro dos muitos candidatos da lista partidária, todos na mesma ilusão ou na mesma esperança de uma crise passageira e de um reencontro futuro.